

São Paulo

Vereadores devem propor e discutir políticas públicas, afirma padre Júlio

Após retirada de apoios à CPI das ONGs, religioso reitera que não é contra investigar atuação de entidades na Cracolândia

SAMUEL LIMA
KARINA FERREIRA
ZECA FERREIRA

O padre Júlio Lancellotti, coordenador da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo, afirmou ontem em entrevista ao *Estado* que a iniciativa da Câmara Municipal de instalar uma CPI para investigar a atuação de organizações não governamentais (ONGs) na Cracolândia é legítima, mas disse que, se os vereadores querem buscar uma solução para o problema, é preciso apresentar e discutir políticas públicas para a área.

“Eles podem investigar. Acho que isso não é um problema. Eles podem investigar as ONGs para saber qual o programa de cada uma, o que elas estão fazendo com os recursos que têm, se os recursos são suficientes. (Mas) Eles têm que discutir políticas públicas, métodos, e elaborar uma política de Estado, não de governo”, declarou o religioso, acrescentando que não tem partido e não é “cabo eleitoral” de ninguém (*mais informações nesta página*).

Autor da proposta de criação da CPI, o vereador Rubinho Nunes (União Brasil) afirmou que o padre Júlio – conhecido por seu trabalho social com a população de rua da cidade de São Paulo – seria um dos principais alvos do colegiado, e criticou o que chamou de “máfia da miséria”.

O pedido de abertura da CPI das ONGs teve o apoio inicial de 22 vereadores. Antontem, porém, quatro deles anunciaram a retirada de suas assinaturas e a comissão pode não sair do papel. Sidney Cruz (Solidariedade), Thammy Miranda (PL), Sandra Tadeu (União Brasil) e Xexéu Tripoli (PSDB) alegaram que foram enganados, pois o requerimento não fala em investigar o padre Júlio. Rubinho Nunes não respondeu aos contatos da reportagem para comentar as declarações do religioso.

APOIOS. Em manifestação ontem nas redes sociais, o arcebispo de São Paulo, d. Odilo Scherer, criticou a intenção de alguns vereadores de investigar o padre Júlio por meio de uma CPI e disse não querer “abafar” nada. “Querem fazer a ‘CPI das ONGs’? Pois façam!”, escreveu d. Odilo no X (antigo Twitter).

A resposta do arcebispo, segundo a assessoria da arquidiocese, foi à acusação de que teria feito uma ligação para o prefeito Ricardo Nunes (MDB) so-



Padre Júlio foi citado por vereador que criticou ‘máfia da miséria’

licitando que a CPI não fosse instalada. A entidade informou que o contato realmente ocorreu, mas não houve qualquer pedido nesse sentido.

“Por que mirar no trabalho do padre Júlio, que não é ONG, não tem ONG e não recebe dinheiro público para seu trabalho? Padre Júlio faz seu trabalho em nome da Arquidiocese de SP, que também não é ONG e não recebe \$ (dinheiro público)”, postou d. Odilo.

Arcebispo
D. Odilo Scherer saiu em defesa de padre Júlio: ‘Não é ONG, não tem ONG e não recebe dinheiro público’

Em entrevista à CNN Brasil, ainda ontem, o padre Júlio disse que recebeu uma ligação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes também para prestar “apoio e solidariedade”. “Fiquei muito sensibilizado”, afirmou o religioso.

EMBATE. A proposta de abertura da CPI das ONGs antecipou

o confronto eleitoral na Câmara Municipal entre apoiadores do prefeito Ricardo Nunes – que busca a reeleição – e aliados do pré-candidato do PSOL à Prefeitura, deputado federal Guilherme Boulos.

Em resposta à possível instalação da CPI das ONGs, a Bancada Feminista, mandato coletivo do PSOL na Câmara, trabalha para reunir as 19 assinaturas necessárias a fim de apresentar um pedido de abertura de uma CPI contra a gestão Nunes. O objetivo seria investigar o aumento da população em situação de rua e as ações da administração municipal voltadas a essa questão. Procurada, a Prefeitura informou que as redes de saúde e assistência social da capital têm 1.486 vagas destinadas ao tratamento de dependentes químicos.

Aliado do prefeito, Rubinho Nunes, por sua vez, tem explorado a proximidade entre Boulos e padre Júlio para atacar o pré-candidato do PSOL. “Não é porque é ano eleitoral, porque pode ou não prejudicar o Guilherme Boulos, que eu vou fazer ou deixar de fazer alguma coisa”, disse o vereador. ●

6 perguntas para...

JÚLIO LANCELOTTI
Coordenador da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo

Como foi receber a notícia de que poderia ser alvo de uma CPI?

É uma coisa um tanto desconjugada. Ser alvo de uma CPI sobre a atuação na Cracolândia é um pouco sem nexo.

O senhor entende que está sendo vítima de perseguição política?

Olha, é difícil definir qual a motivação, mas tudo é possível neste momento que a gente vive (*ano eleitoral*).

Ficou surpreso com a repercussão?

Teve muito apoio, e acho que isso é importante porque não é uma coisa pessoal. É para a Pastoral, para a Arquidiocese e para a população de rua.

De que forma os vereadores podem ajudar a solucionar o problema da Cracolândia?

Eles têm que discutir políticas públicas, métodos, e elaborar uma política de Estado, não de governo.

Faz sentido investigar as ONGs?

Eles podem investigar as ONGs para saber qual o programa de cada uma, o que elas estão fazendo com os recursos, se os recursos são suficientes. Hoje, grande parte dos trabalhos da Prefeitura na saúde e na assistência social é feita com parcerias.

Como pretende se posicionar a partir de agora?

Vou continuar fazendo meu trabalho. Não sou de nenhum partido político. E não sou cabo eleitoral de ninguém. ● SL

Santa Catarina

Justiça suspende nomeação de filho de governador na Casa Civil

STÉPHANIE ARAUJO

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) suspendeu na noite de antontem a nomeação do advogado Filipe Mello, filho do governador Jorginho Mello (PL), para assumir a Casa Civil do Estado.

Segundo o desembargador João Marcos Bush, que acolheu

pedido do PSOL catarinense em mandado de segurança e concedeu decisão liminar, a nomeação é “dano grave, de difícil ou impossível reparação”, com “risco aos princípios da moralidade e da impessoalidade”.

Um dos argumentos citados ressaltou a Lei 1.836/2008, estadual, que proíbe a nomeação de cônjuge, companheiro(a) ou parente para cargos em co-

missão, confiança ou de função gratificada na administração pública de Santa Catarina.

“Não pode o chefe de Poder tratar a máquina pública como coisa privada e transformá-la em entidade familiar, compondo a equipe de governo com membros da sua família”, afirma trecho da decisão.

CURRÍCULO. O desembargador

também questionou a qualificação do advogado para assumir o cargo. “Cumpra questionar, entre os mais de cinco milhões de eleitores de Santa Catarina, existiria alguém mais qualificado que o filho do governador?”, afirmou Bush.

O anúncio da nomeação de Filipe Mello pelo governador foi feito na quarta-feira passada. O advogado substituiria Estêner Soratto da Silva Júnior (PL), que deve retomar as atividades como deputado estadual. Além do filho – agora com a nomeação suspensa pela Justiça, o governador escolheu outros oito novos nomes para seu governo.

Segundo currículo divulga-

do pelo governo de Santa Catarina, Filipe Mello foi secretário na administração estadual entre 2011 e 2016, durante a gestão de Raimundo Colombo (PSD). O advogado controlou as pastas de Planejamento, Assuntos Internacionais e Turismo, Cultura e Esporte. Ele também foi secretário na prefeitura de Florianópolis, de 2005 a 2006 e de 2017 a 2018.

Jorginho Mello foi eleito governador na eleição de 2022 com o apoio do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O governo de Santa Catarina não havia se manifestado até a noite de ontem sobre a decisão do Tribunal de Justiça do Estado. ●